

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Sudão¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

A República do Sudão é um país multiétnico localizado no nordeste da África Subsaariana. Em 2016, sua população era estimada em 39,59 milhões de pessoas, a quarta maior da região, e 66 por cento delas vivem em áreas rurais. Semelhante ao Iraque, à Palestina, à Síria e ao Iêmen, quase metade da população do Sudão é menor de 18 anos e 5,9 milhões são crianças de 0 a 5 anos. O país tem um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo (0,490, com o ranque de 165º entre 188 países) e está abaixo da média regional de 0,704. Em 2009, 46,5 por cento da população vivia abaixo da linha nacional da pobreza. As disparidades regionais são severas, com áreas rurais apresentando os níveis mais altos de pobreza: 57,6 por cento da população rural é classificada como pobre.

Em 2017, estimava-se que o Sudão possuía 2,3 milhões de deslocados internos. Atualmente, 4,8 milhões de pessoas dependem de assistência humanitária para sobreviver. Conflitos armados contínuos afetam significativamente o bem-estar de crianças, particularmente nas regiões de Darfur, South Kordofan e Blue Nile. Cerca de 2,2 milhões de crianças de 0 a 5 anos sofrem de desnutrição aguda, e o país tem a maior taxa de crianças fora da escola na região: aproximadamente 3 milhões (entre 5 e 13 anos de idade). De acordo com estimativas de 2014, a mortalidade de crianças de 0 a 5 anos é de 68 por 1.000 nascidos vivos, uma das maiores taxas da região, junto com Djibouti e Iêmen. Atenção especial deve ser dada ao bem-estar de meninas, pois há alta prevalência de mutilação genital feminina, além de o casamento precoce ser uma prática recorrente. Estima-se que 38 por cento das mulheres se casam antes dos 18 anos de idade.

Uma gama de programas de proteção social, políticas e planos de ação existe no Sudão. Apesar disso, o gasto com assistência social no país é considerado baixo, representando apenas 0,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015. A principal instituição responsável por implementar políticas de proteção social é o Ministério da Segurança e do Desenvolvimento Social (MoSSD, em inglês) – enquanto 18 centros de redução da pobreza são responsáveis por implementar as políticas governamentais de redução da pobreza em âmbito local.

Em 2016, o governo sudanês lançou o *Shamel*, um programa integrado para apoio social. O programa é financiado por fundos públicos, com assistência técnica do Banco Mundial para melhorar a eficiência do processo de focalização. Em 2011, o *Higher Institute of Zakat Sciences*, em parceria com o *Central Bureau of Statistics*, conduziu um censo da pobreza, criando uma base de dados para identificar famílias pobres e vulneráveis, o que serve de instrumento principal para identificar potenciais beneficiários para os programas financiados pelo *Shamel* e pelo *zakat*. Iniciativas anteriores, como o *Social Support Project*, foram incorporadas ao *Shamel*, o qual foi desenhado para fornecer transferências não condicionadas e transferência de serviços de bem-estar social, água, moradia e apoio nutricional para as famílias mais pobres do Sudão. Como parte da iniciativa, um programa de alimentação escolar foi implementado em estados nos quais as taxas de pobreza são mais altas. Atualmente, o *Shamel* funciona em nove estados, mas seu projeto é para 18 estados sudaneses.

O *Zakat Fund* é outra fonte importante de proteção social não contributiva no Sudão, fornecendo transferências de renda, subsídios, serviços e apoio produtivo para famílias pobres. O fundo opera como agência semiautônoma afiliada ao MoSSD e suas contribuições são coletadas em dinheiro e em espécie (incluindo produtos agropecuários). Também fornece isenção de taxas escolares e bolsas para estudantes, além de ter apoiado 82.691 estudantes de famílias pobres a alcançar a educação superior em 2016. O gasto total do *Zakat Fund* foi de SDG 2,1 bilhões em 2016, cobrindo 2,16 milhões de famílias.

Desde 1996, um seguro de saúde contributivo existe para os que estão empregados no setor formal. O *Zakat Fund* e o Ministério das Finanças e da Economia Nacional (MoFNE) trabalham em parceria para ampliar



a cobertura do *National Health Insurance Fund* (NHIF) para as famílias pobres. Em 2016, o NHIF atendeu a 16 milhões de indivíduos (aproximadamente, 43 por cento da população), mais da metade desses (8,78 milhões) foram classificados como pobres. O governo definiu uma meta para aumentar a cobertura do NHIF para 80 por cento da população até 2020, dando prioridade mais alta para a inclusão de pessoas pobres.

Apesar dos maiores esforços do governo, alguns desafios continuam para assegurar o desenvolvimento infantil equitativo para crianças pobres e vulneráveis no Sudão. Promover o acesso igualitário à educação primária e fornecer incentivos para a sua conclusão, melhorar serviços relacionados à saúde infantil e materna e criar arranjos institucionais para assegurar a proteção de meninas é particularmente importante nesse contexto. Em termos de proteção social, o progresso de Sudão em direção à melhoria de seu sistema de proteção social não contributivo por meio de maior integração é notável. Embora a criação recente do *Shamel* e a expansão do NHIF sejam importantes para apoiar as famílias mais pobres, aliviar a pobreza e melhorar o bem-estar de crianças devem continuar sendo objetivos centrais para o governo.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.